

José Cruz



TRANSPARÊNCIA Jobim (ao lado de Antonio Carlos) destaca importância do conselho para o Judiciário

CCJ aprova nomes para conselho que fiscalizará Justiça

Indicações acolhidas ontem pela Comissão de Justiça serão examinadas agora pelo Plenário do Senado.

Página 4

J. Freitas



VAGAS Comissão de Educação quer democratizar o acesso à universidade

Aluno de escola pública pode ter cota em universidade

Universidade pode ser obrigada a destinar metade das vagas a alunos de escola pública, segundo projeto aprovado por comissão.

Página 8

Senadores cobram apuração de denúncias de corrupção

Comissão acompanhará crise desencadeada por cobrança de propina em Rondônia

Oposição garante já ter assinaturas suficientes para CPI dos Correios

Mercadante e Delcídio destacam ação rápida na punição de envolvidos

Páginas 5 a 7

Caso Dorothy deve ser federalizado, diz procurador

As investigações sobre o assassinato da freira Dorothy Stang devem passar para a União, segundo afirmou ontem no Senado o procurador-geral da República.

Página 3

Projeto prevê resgate de cotas do Fundo 157

Projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos disciplina forma de resgate de cotas do fundo em que contribuintes aplicavam parte do Imposto de Renda.

Página 8

Jane Araújo



PRESENTE Observados por Suplicy e João Alfredo, integrantes do MST entregam a Renan mochila do movimento

MST pede assentamento de 430 mil famílias

Representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) entregaram documento ao presidente do Senado, Renan Calheiros, em que reivindicam o cumprimento da meta, anunciada pelo governo federal, de assentar 430 mil famílias até 2006. No Plenário, vários senadores apoiaram a marcha pela reforma agrária, que, iniciada em Goiânia, em 2 de maio, percorreu 238 quilômetros até chegar a Brasília.

Página 3

Plenário aprova MPs e desbloqueia a pauta

Depois de acordo de lideranças, o Senado aprovou ontem duas medidas provisórias que bloqueavam sua pauta. Uma delas, em forma de projeto de conversão, dispõe sobre a criação de cargos na estrutura do Ministério da Saúde. A outra abre crédito extraordinário, em favor de municípios, estados e Distrito Federal, no valor de R\$ 2,89 bilhões. Os cargos, no total de 3.490, foram criados para atender necessidades de unidades hospitalares do Ministério da Saúde. A maioria – 1.100 cargos – é de auxiliar de enfermagem. Foram aprovados ainda dois projetos de decreto legislativo.

Página 3

Roosevelt Finheiro



ESQUECIMENTO Faltou consultar os agricultores que vivem e produzem nas terras, acusa Bornhausen

Bornhausen volta a criticar unidades de conservação

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) voltou a expressar temor com a criação de unidades de conservação nos estados do Paraná e de Santa Catarina. Essas áreas, explicou ele, serão destinadas à preservação de florestas de araucárias e somam 540 mil hectares, decisão que pode prejudicar os produtores rurais que vivem e produzem nessas terras.

– Os agricultores foram totalmente esquecidos, e o senador Alvaro Dias colocou isso com muita propriedade ao destacar a apreensão dessas pessoas no discurso que fez ontem [segunda-feira] neste Plenário – afirmou.

A unidade de conservação é um espaço territorial ao qual se atribuem “características naturais relevantes”. É instituída pelo poder público para que se adotem procedimentos de proteção que conservem tais características.

Bornhausen afirmou que é necessário realizar um inventário florestal em Santa Catarina e, em seguida, um exame adequado da proposta. Para o senador, a criação das unidades de conservação, na forma prevista, poderá prejudicar “milhares de agricultores”.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Agenda

Plenário debate habitação popular

A sessão de hoje, às 14h, deve discutir o projeto que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e o seu conselho gestor (PLC 36/04). O fundo é destinado



a programas habitacionais voltados à população de baixa renda e terá suas diretrizes estabelecidas pelo conselho, responsável ainda pela gestão dos recursos e pela avaliação das aplicações resultantes.



Ato público pelo desarmamento

O presidente do Senado reúne-se, às 11h, com os membros da comissão que vai reestruturar a tramitação do Orçamento; às 12h30, conversa com o presidente da Câmara, Severino

Cavalcanti; às 15h e às 16h, com delegações de parlamentares europeus. Às 17h, participa de ato público em prol do desarmamento na rampa do Congresso Nacional.

CCJ analisa indicações para o Conselho do Ministério Público

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) define, às 10h, a composição do Conselho Nacional do Ministério Público. Entre os nomes em análise estão os indicados da Câmara, Francisco Maurício de Albuquerque Silva, e do Senado, Alberto Cascais. Às 15h, a Comissão Mista de Reforma do Judiciário promove reunião administrativa.

Audiência sobre redução de jornada

Às 10h, a Subcomissão do Trabalho e Previdência ouve representantes de centrais sindicais e de organizações patronais para discutir o desemprego no país e a redução da jornada de trabalho. No mesmo horário, a Comissão de Educação (CE) discute a proposta que define as categorias de trabalhadores considerados profissionais de educação.



Comissões discutem carga tributária

Os impostos incidentes sobre o setor canavieiro, com destaque para as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins na comercialização do álcool e do açúcar, são o tema da audiência que a CPI da Terra promove, às 10h, com

representantes do setor. A reforma tributária também será debatida na Subcomissão de Assuntos Municipais, que ouve o presidente da Frente Nacional de Prefeitos, João Paulo Lima e Silva, às 14h30.

Delegação européia

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) recebe, às 17h, visita da Delegação Parlamentar para Relações com a América do Sul e Mercosul do Parlamento Europeu. Em debate, o fortalecimento das relações bilaterais. Após a ordem do dia, a comissão que discute a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol ouve o presidente da Comissão de Peritos da Justiça Federal, Hamilton Gondim.

Infra-estrutura básica

Às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) vota projeto que vincula o parcelamento urbano à implantação de infra-estrutura básica (PLS 288/05). Às 15h, reúne-se a Comissão Mista de Orçamento (CMO). Às 11h, a Subcomissão das Agências Reguladoras vota requerimento para realizar audiência pública sobre medicamentos manipulados.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Roosevelt Finheiro



COOPERAÇÃO Apostando na superação dos conflitos, segundo Maciel, Europa cresceu fortemente

Maciel: Mercosul deve seguir trilha da União Européia

Preocupado com o que considera um crescente desinteresse do governo pelo Mercosul, o senador Marco Maciel (PFL-PE) sugeriu ao Executivo que siga o exemplo da União Européia. Ele lembrou que, após o fim da 2ª Guerra Mundial, países da região uniram-se, fortaleceram seus sistemas de cooperação, transformaram rivalidades em projetos de convivência e, a partir daí, se recuperaram e alcançaram altos índices de desenvolvimento.

Por considerar o Mercosul crucial para as relações externas brasileiras, o parlamentar apela pelo fortalecimento do bloco, mesmo que ele não seja o único projeto internacional do país. O abandono da integração regional, avalia Maciel, pode "trazer de volta o unilateralismo como padrão orientador do ambiente político do Prata".

Encontro debate parlamento de bloco regional

A mesa da Comissão Parlamentar Conjunta (CPC) do Mercosul reuniu-se ontem, no Senado, abrindo a 9ª Reunião Birregional CPC do Mercosul-Delegação Mercosul do Parlamento Europeu. Na pauta, a discussão da instituição do Parlamento do Mercosul.

O presidente da CPC do Brasil, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), enfatizou que o Parlamento do Mercosul visa solucionar de forma mais rápida os problemas comuns aos países-membros e é fundamental para consolidar a integração no âmbito do Cone Sul. Ele disse que o projeto é inspirado no Parlamento Europeu, que pode contribuir para a criação do seu congênera no Sul. O futuro parlamento regional, conforme Zambiasi, será composto por 99 membros – 36 do Brasil.

Fonteles afirma no Senado que caso Dorothy será federalizado

O procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, disse ontem, durante audiência na CPI da Terra, que as investigações sobre o assassinato da freira Dorothy Stang devem se tornar responsabilidade da União.

– Este caso há de vir para a Federação, pois as ações do governo do Pará não estão sendo efetivas – afirmou.

No início de maio, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) enviou requerimento ao vice-presidente da República e ministro da Defesa, José Alencar, solicitando a manutenção do Exército na cidade paraense de Anapu, onde morava Dorothy Stang. De acordo com a senadora, isso seria necessário para evitar mais violência na região.

– Infelizmente, a polícia do Pará parece mais preocupada em prender testemunhas e trabalhadores rurais, em vez dos grileiros – lamentou Ana Júlia.

Fonteles ressaltou que, para



Márcia Kallume

CRÍTICAS Fonteles resalta que as ações desenvolvidas pelo governo do Pará não são efetivas

combater de forma eficaz os crimes provocados pelos conflitos de terra no país, “a inteligência policial do Ministério Público Federal deve buscar os “cabeças”, e não as “pontas”. Ele citou como exemplo de violência e impunidade o caso ocorrido em 1995 no município de Corumbiara, em Rondônia.

– Foi uma verdadeira operação de guerra, em que um batalhão da PM entrou em acampamento de sem-terra e lá permaneceu das 6h às 18h, rendendo homens e mulheres e impondo-lhes sevícias. Pessoas foram mortas nesse incidente.

Renan discute referendo sobre armas com João Paulo Cunha

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o deputado João Paulo Cunha (PT-SP), relator do projeto que autoriza a realização de referendo sobre o comércio de armas e munição no Brasil.

– Nós vamos exatamente encadear algumas providências para a realização do referendo. E também recolho com muita satisfação o apoio do MST ao desarmamento. Esta não é uma campanha de partido, nem de

governo. É uma campanha do Brasil.

Renan reconheceu que só o desarmamento não vai resolver o problema da criminalidade, e disse que os resultados revelam queda nas internações decorrentes de crimes com armas de fogo. “Isso é uma demonstração de que, pelo menos nos chamados crimes que acontecem por motivos fúteis, o desarmamento é o melhor caminho para combatê-los.”

Maguito: mundo se preocupa mais com a fome

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou ontem que, apesar de a fome ser um problema grave, só agora os líderes mundiais parecem ter começado a destinar tempo, atenção e recursos para a área. Ele comentou entrevista, à revista *Veja*, do economista norte-americano Jeffrey Sachs, especialista no assunto.

– Por obra do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, a fome chegou a ser um dos principais temas discutidos no Fórum Econômico Mundial, na Suíça. Da mesma forma, a Organização das Nações Unidas (ONU)



Roosevelt Pinheiro

INICIATIVA Maguito observa que foi Lula quem desencadeou, na Suíça, debate sobre o problema

tem multiplicado suas ações, seja trabalhando para sensibilizar as grandes potências, seja financiando estudos que apontem soluções inteligentes e factíveis – disse ele.

Na entrevista, segundo Maguito, Sachs expõe com detalhes o cenário da fome e aponta soluções para erradicar a pobreza em sua forma mais extrema até 2025.

Lideranças fazem acordo e desbloqueiam a pauta

Votações estavam paralisadas desde o início do mês. Ontem o Plenário aprovou cinco matérias

Por acordo de lideranças, o Senado conseguiu destrancar a pauta na sessão de ontem, votando um projeto de lei de conversão (PLV 6/05, referente à MP 321/04), que dispõe sobre a criação de cargos na estrutura do Ministério da Saúde, e uma medida provisória (MP 236/05) que abre crédito extraordinário em favor de municípios, estados e Distrito Federal, no valor de R\$ 2,89 bilhões. As votações

na Casa estavam paralisadas desde o início do mês por força da prioridade constitucional das duas matérias.

Pelo PLV, ficam criados na carreira da Seguridade Social e do Trabalho 3.490 cargos efetivos para atender necessidades das unidades hospitalares do Ministério da Saúde. A maioria das vagas (1.100) é para auxiliar de enfermagem, enquanto 900 são para médico e 750 para a função de enfermeiro. O PLV cria ainda a Gratificação de Incentivo à Prestação de Assistência Integral à Saúde (Gipas), a ser paga aos servidores que fizeram jus ao benefício e que atuem em alguns hospitais do Rio de Janeiro vinculados ao

Ministério da Saúde.

A medida provisória foi editada com o objetivo de compensar a perda de várias unidades da Federação na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre exportação.

Foram aprovados dois projetos de decreto legislativo. O primeiro (PLS 138/05) ratifica resolução da Assembléia Geral da ONU contra as práticas de corrupção. O segundo aprova texto do acordo celebrado entre Brasil e Eslováquia sobre isenção parcial de vistos. Foi acolhido ainda pedido de licença ao senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) para tratamento de saúde.



Jane Araújo

CIVILIDADE Ao lado de Eduardo Suplicy, Renan Calheiros recebe reivindicações de representante dos sem-terra

MST cobra assentamento de 430 mil famílias

O cumprimento da meta anunciada pelo governo federal de assentar 430 mil famílias até 2006 é uma das principais reivindicações feitas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em documentos entregues ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros.

Os sem-terra solicitam, ainda, punição exemplar de todos os fazendeiros responsáveis pela violência contra os trabalhadores rurais e a transferência, para a esfera federal, dos processos relativos aos assassinatos desses trabalhadores. O aumento dos recursos liberados para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a duplicação

do valor real do salário mínimo e a não-liberação para plantio comercial de qualquer semente transgênica também constam do documento.

Segundo Renan, a Marcha Nacional pela Reforma Agrária demonstrou que é possível “reivindicar com civilidade”. Ele disse ainda que é preciso priorizar a pauta dos movimentos sociais, em especial do MST, e evitar que se contingenciem recursos destinados à reforma agrária e aos programas sociais.

Os manifestantes do MST iniciaram a caminhada de 238 quilômetros no dia 2 de maio, em Goiânia. Os documentos foram entregues também ao presidente Luiz Inácio Lula da

Silva, no Palácio do Planalto.

No Plenário, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) saudou o MST pela realização da marcha. “Eles vieram dos 27 estados da Federação e estão tendo com as autoridades dos locais por onde passam um relacionamento exemplar”, comentou.

Mão Santa (PMDB-PI) apoiou a marcha e criticou o governo por não conseguir conter a violência nas cidades e no campo. João Capiberibe (PSB-AP) afirmou que o objetivo da marcha é mostrar ao poder público a necessidade de se implantar uma política de reforma agrária no país com o objetivo de eliminar os conflitos e injustiças sociais, as mortes e a impunidade no campo.



DESENVOLVIMENTO Cooperação para lançamento de satélite em Alcântara foi elogiada por Lobão

Edison Lobão comemora tratado entre Brasil e Ucrânia

Edison Lobão (PFL-MA) comemorou ontem a publicação, no *Diário Oficial* da União, do decreto presidencial que promulga o tratado entre Brasil e Ucrânia para cooperação de longo prazo na utilização de veículos lançadores de satélites e do Centro de Lançamento de Alcântara. Para o parlamentar, a iniciativa significa mais um passo rumo ao desenvolvimento tecnológico e científico do país.

O senador reclamou da escassez de recursos para o programa espacial brasileiro, defendendo acordos e parcerias com outros países para o uso da base. Para Lobão, os acordos vão trazer verbas para a melhoria das instalações.

Lobão ressaltou a importância estratégica do centro para o Brasil, pois é localizado próximo à linha do equador, o que exige menos combustível para o lançamento de satélites.

– Segundo os especialistas, dispomos de uma base relativamente desenvolvida que poderá ser transformada na mais atraente área de lançamento de foguetes do mundo – disse.

Desafio

O acidente em Alcântara foi lembrado pelo parlamentar, que lamentou a tragédia que matou 21 funcionários e técnicos da base e destruiu a Torre Móvel de Integração e o Veículo Lançador de Satélites (VLS-1), em agosto de 2003. Segundo Lobão, o acidente não desanimou os responsáveis pelo projeto aeroespacial brasileiro.

– Ao contrário, infundiu-lhes a disposição de erguerem em Alcântara um dos mais adequados centros astronáuticos do mundo, que atrai o interesse de quantas nações ambicionem explorar o espaço em condições econômicas favoráveis – enfatizou.

Comissão aprova nomes para o Conselho de Justiça

■ Lista de indicados para o órgão de fiscalização do Judiciário segue agora para exame no Plenário do Senado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acolheu ontem, e encaminhou para exame do Plenário, os 15 nomes indicados para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão de fiscalização do Judiciário instituído pela Emenda Constitucional 45/04. O relator, Demostenes Torres (PFL-GO), foi favorável às indicações.

Para aprovação do Plenário é preciso maioria absoluta dos votos. Os acolhidos pela Casa

serão nomeados pelo presidente da República para compor o conselho, que deve ser instalado no início de junho.

Para o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, um dos escolhidos para integrar o CNJ, a eleição da primeira composição do colegiado “representa aproximação do sistema judiciário com a nação”. Ao lembrar a objeção de parte da magistratura à criação do órgão, Jobim ressaltou que o STF já decidiu pela constitucionalidade do conselho.

O presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Pedro Simon (PMDB-RS) e José Jorge (PFL-PE) destacaram a impor-

tância dessa decisão para a democracia no país. Segundo José Jorge, último relator da reforma do Judiciário no Senado, o controle externo foi o ponto mais polêmico, juntamente com a súmula vinculante.

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Vantuil Abdala, e o ministro do Superior Tribunal de Justiça Antonio de Pádua Ribeiro também farão parte do CNJ.

Os advogados Oscar Argollo e Paulo Lôbo são os nomes escolhidos pela Ordem dos Advogados do Brasil que passaram pelo crivo da CCJ. Foi aprovada ainda a indicação do advogado Joaquim Falcão, como representante do Senado, e do jurista Alexandre de Moraes, indicado pela Câmara dos Deputados.



DEBATE Indicados são sabatinados na CCJ, presidida por Antonio Carlos Magalhães (ao centro, entre Jobim e Vantuil Abdala)

Jobim defende prioridade para agilizar processos

O Conselho Nacional de Justiça terá como uma de suas principais missões apresentar sugestões para que o Judiciário supere a situação de crise por que passa em razão da morosidade no exame dos processos. A opinião é do presidente do STF, ministro Nelson Jobim, durante sabatina ontem na CCJ, para eleição da primeira composição do colegiado.

Em pesquisa recente encomendada pelo STF, informou Jobim, constatou-se que o Judiciário consegue dar vazão a 40,4% dos processos em tramitação em todo o país. Somente em 2003, acrescentou, 17,5 milhões de novos processos chegaram ao sistema judiciário brasileiro, que tem atualmente 13,4 mil juízes.

– A capacidade de julgamento do Judiciário está aquém da

metade. Isso mostra a situação de crise que tem que ser analisada pelo conselho sob várias perspectivas, começando pela questão da força de trabalho.

Em resposta ao senador César Borges (PFL-BA), Jobim disse ainda que o CNJ terá como funções primordiais a formulação de políticas nacionais e de correção disciplinar.

Empresas

Respondendo a Eduardo Suplicy (PT-SP), Jobim assinalou que também serão objeto de exame do CNJ os acordos que estão sendo firmados entre órgãos do Judiciário e grandes empresas para melhorar procedimentos administrativos, como os relacionados à área de informática.

À senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), Jobim informou que há uma comissão

elaborando nova Lei Orgânica da Magistratura, que deverá ser enviada ao Congresso até o fim de agosto.

Para Pádua Ribeiro, ministro do STJ, o conselho terá papel importante no controle do desempenho dos juízes.

– O conselho tem poderes para remover juízes, colocá-los em disponibilidade ou até mesmo aposentá-los – ressaltou.

Maguito Vilela (PMDB-GO) defendeu o ponto de vista de que o colegiado tenha poder para demitir juízes corruptos. Para o indicado pela OAB, Paulo Lobo, o CNJ deve fiscalizar os juízes que utilizam mal o Judiciário.

Em resposta à senadora Serys, o indicado da Câmara, Alexandre de Moraes, afirmou ser “absolutamente contra qualquer forma de tortura”.

Implementação da reforma em pauta

A comissão especial mista destinada a regulamentar a reforma do Judiciário se reúne hoje, às 18h, para definir cronograma de realização de audiências e votar requerimentos. De acordo com a proposta do relator, senador José Jorge (PFL-PE), os parlamentares devem ouvir representantes do Judiciário, do Executivo e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A criação do colegiado cumpre exigência da Emenda Constitucional 45/04, que determinou instalação do órgão com a finalidade de elaborar projetos necessários à regulamentação da reforma e promover alterações na legislação para tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais rápida a prestação jurisdicional. O colegiado, presidido pelo deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), terá prazo de 180 dias.

Partidos debatem o sistema político

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que vai marcar com o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, nova reunião com líderes partidários para discutir a reforma política e decidir como concretizá-la.

– Fizemos uma produtiva reunião ontem. Os maiores partidos reafirmaram o compromisso de fazer uma reforma gradativa, um fatiamento para sua votação e implantação. E acertamos uma próxima reunião, com a minha presença e a do presidente da Câmara. O mais importante foi a reafirmação do desejo dos partidos de fazer a reforma – disse.

À saída da reunião, o presidente do PT, José Genoino, informou que a reforma política será votada com a definição de novo sistema, que incluirá financiamento público.

Patrícia: união em defesa da infância

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) defendeu a união da sociedade com os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, em cerimônia realizada na segunda-feira, em Fortaleza (CE). Durante o evento, que contou com a participação de quatro ministros de Estado, foram assinados acordos e lançados programas em defesa da infância e da adolescência.

Na opinião da senadora, que ordena a Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente, é necessário mobilizar a sociedade como um todo para enfrentar o problema. Além disso, observou, o país precisa adotar políticas “criativas e ousadas” para promover o bem-estar de sua população mais jovem.



Oposição anuncia que vai protocolar hoje o requerimento de instalação de comissão parlamentar mista de inquérito para investigar as denúncias de cobrança de propina nos Correios. Assunto gerou amplo debate no Plenário do Senado

Oposição tem assinaturas para criar CPI

Os partidos de oposição anunciaram, no início da noite de ontem, haver obtido as assinaturas necessárias para criar CPI no Congresso. No Plenário do Senado, os líderes do PSDB, Arthur Virgílio (AM), do PFL, José Agri-

pino (RN), e do PSOL, Heloísa Helena (AL), ressaltaram a necessidade de apuração do caso pelos parlamentares. José Jorge (PFL-PE) disse que a oposição não torce pelo "quanto pior, melhor, como fazia o PT". Magno Mal-

ta (PL-ES) considerou a CPI indispensável para apurar o caso "à exaustão" e dar uma resposta à sociedade brasileira. Ele confia no apoio do presidente Lula à investigação do Congresso.

Arthur Virgílio



VEEMÊNCIA "Foi o governo do PT que trouxe o ladrão Waldomiro"

Lembrança do caso Waldomiro

Arthur Virgílio exigiu a criação de CPI para investigar as denúncias de corrupção nos Correios e lembrou as denúncias envolvendo Waldomiro Diniz, o ex-assessor do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. Waldomiro, também por meio de uma fita de vídeo, foi flagrado negociando propina com empresário do ramo de jogos. As investigações levantaram suspeitas de irregularidades na renovação do contrato da empresa Gtech com a Caixa Econômica Federal para a operação das loterias do país.

O senador foi à tribuna quatro vezes para debater com o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP). Aloizio acusou o governo Fernando Henrique de ter feito o contrato com a Gtech, enquanto Virgílio alegou que foi o governo do PT que "trouxo o ladrão Waldomiro".

Em apartes, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) apoiaram a criação da CPI.

José Agripino



AVALIAÇÃO "Esse é o mesmo governo que dizia ser o guardião da moralidade"

Risco de "instituições irem pelo ralo"

José Agripino (PFL-RN) afirmou que se os fatos envolvendo os Correios não forem esclarecidos "as instituições irão pelo ralo". O senador acrescentou que o Congresso Nacional precisa cumprir seu papel cívico e que a CPI deve ser instalada em defesa dos interesses do próprio Poder Executivo, "que está sendo assaltado".

Agripino lembrou a postura adotada pelo governo federal na investigação do caso Waldomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil da Presidência da República, suspeito de envolvimento no recebimento de propina do empresário do jogo de azar Carlinhos Cachoeira.

– Não basta o governo federal determinar a abertura de inquérito para o diretor dos Correios. Nós já vimos essa cena no caso Waldomiro Diniz. O governo Lula já o investiga há um ano e três meses e não acontece nada. Esse é o mesmo governo que dizia ser o guardião da moralidade – disse o senador.

José Jorge



OBJETIVO Apuração pode indicar se há partidos que buscam vantagens financeiras

Sem torcer pelo "quanto pior, melhor"

José Jorge disse que a oposição não torce pelo "quanto pior melhor, como fazia o PT no passado". Ele quer a CPI da ECT para esclarecer se existem partidos que indicam pessoas para cargos públicos buscando com isso vantagens financeiras.

José Jorge acredita que, se o governo tivesse concordado com a CPI do Waldomiro Diniz, "talvez fatos como os de agora" não tivessem ocorrido.

Em aparte, Cristovam Buarque (PT-DF) ressaltou que "o papel do PT é defender o governo, não escondendo nada que estiver errado".

No início da noite de ontem, os partidos de oposição já haviam obtido 39 assinaturas de senadores para o requerimento que solicita a instalação da comissão parlamentar mista de inquérito destinada a apurar as denúncias de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Esse

Heloísa Helena



DESEJO "Que as investigações não fiquem apenas nos camundongos"

Caminho para "chegar aos gabirus"

Heloísa Helena anunciou que ela e Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) iriam assinar o requerimento de criação da CPI. Ela acredita que a CPI é o caminho "para que as investigações não fiquem apenas nos camundongos, mas cheguem aos verdadeiros gabirus" (ratos maiores).

A senadora registrou que a Polícia Federal está desenvolvendo em Alagoas a Operação Gabiru, para prender acusados de desvio de verbas da merenda escolar e do Fundo do Ensino Fundamental (Fundef).

Mais apoio do que o necessário

número supera o mínimo exigido por lei, que é de 27 assinaturas.

Segundo informou o senador José Agripino (RN), líder do PFL, o documento deverá ser apresentado à Mesa na sessão de hoje.

O deputado Rodrigo Maia, líder do PFL, afirmou que apresentará o mesmo requerimento à

Magno Malta



CONFIANÇA Para senador, Lula construiu carreira enfrentando a corrupção

Necessidade de resposta à sociedade

Ao cobrar uma reação do Congresso à denúncia de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Magno Malta considerou indispensável a abertura de CPI para investigar esse episódio "à exaustão" e dar uma resposta à sociedade brasileira.

O senador mostrou confiança no apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao processo investigativo do Congresso sobre o caso. Conforme observou, Lula construiu sua carreira de homem público enfrentando a corrupção e o crime organizado.

Mesa da Câmara. Lá, a CPI já tinha recebido o apoio de 176 deputados, quando o número exigido é de 171. Pela legislação, quando o requerimento é apresentado com número mínimo de assinaturas, a CPI fica automaticamente criada. Seu funcionamento, no entanto, depende de in-

César Borges



CRÍTICA Controladoria estaria sendo omissa diante de sucessivos escândalos

Tentativa de abafar a investigação

César Borges (PFL-BA) disse acreditar que a criação de CPI para investigar o caso dos Correios já começou a ser sepultada por uma "operação-abafa" semelhante à que ocorreu em casos como os que envolveram Waldomiro Diniz, ex-assessor parlamentar da Presidência da República, e Henrique Meirelles, atual presidente do Banco Central.

O senador fez duras críticas à atuação do ministro Waldir Pires à frente da Controladoria Geral da União (CGU), afirmando que o órgão tem sido omissa diante de sucessivos escândalos.

dicações das lideranças partidárias. A revista *Veja* divulgou reportagem sobre cobrança de propina pelo então chefe do Departamento de Contratação da ECT Maurício Marinho. Ele fala de suposto envolvimento do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) em esquema de corrupção.



Providências do governo na apuração do caso e demissão dos culpados são destacadas por Aloizio Mercadante e Delcídio Amaral. Presidente do Senado, Renan Calheiros, sugere aguardar fim das investigações para Congresso tomar decisão quanto a uma CPI

Para Renan, Legislativo deve aguardar

Só depois de encerradas as investigações sobre denúncias de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) é que o Legislativo pode decidir se o caso requer instalação de CPI. A afirmação foi feita ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Ele explicou que as investigações estão apenas começando.

– O assunto repugna a nação. Mas as investigações precisam mostrar primeiro se é caso de investigação política extraordinária, como demanda uma CPI – ressaltou.

Líderes destacam rápida ação do governo

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), e o líder do PT, senador Delcídio Amaral (MS), responderam ontem à iniciativa da oposição de instalar uma comissão parlamentar de inquérito para apurar as acusações, veiculadas na revista *Veja*, sobre corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Na matéria de *Veja*, Maurício Marinho, ex-chefe do Departamento de Contratações e Administração de Materiais da ECT, é acusado de participar de um esquema de corrupção.

Mercadante destacou



RESPOSTA Mercadante (E) e Delcídio reagiram à iniciativa da oposição de instaurar CPI para apurar corrupção nos Correios

que o governo sempre agiu rapidamente diante de denúncias de corrupção, adotando todas as providências e punindo os culpados.

O líder do governo afirmou que a denúncia



sobre os Correios é "um fato lamentável", no qual o governo agiu prontamente. "O indivíduo flagrado pedindo propina foi exonerado e o diretor, afastado", acrescentou. A Polícia Federal, lembrou,

abriu inquérito.

Providências

Delcídio Amaral destacou que o governo federal foi ágil ao demitir Maurício Marinho, afastar o diretor de Administração da ECT, Antônio Osório Batista, e instaurar um inquérito na instituição. Os ministros das Comunicações e da Justiça também se mobilizaram para apurar o caso, acionando a Polícia Federal e a Controladoria Geral da União, e o Ministério Público Federal já indicou representante para acompanhar as investigações, informou.

O líder do PT observou que a denúncia sobre os

Correios é "fato isolado, que assumiu dimensão que não corresponde à realidade". Observou que, embora Maurício Marinho tenha se apresentado como alguém que mantém relações com os altos escalões do governo, "isso não corresponde à realidade que ele vivenciava, nem aos seus limites como chefe de departamento".

Delcídio elogiou o discurso de Fernando Bezerra (PTB-RN) para se defender de acusações no episódio. "Ele se colocou de uma maneira absolutamente transparente, como homem de bem".

Valadares



INOCÊNCIA Para Valadares, "denúncias, com certeza, não envolverão o governo"

Bancada do PSB no Senado decide assinar

A bancada do Partido Socialista Brasileiro (PSB) no Senado decidiu assinar no requerimento de CPI para apurar as denúncias envolvendo os Correios e lideranças do PTB.

O comunicado foi feito pelo líder do PSB, senador Antônio Carlos Valadares (SE). Ele disse que as denúncias "com certeza" não envolverão o governo, e que a CPI será útil para valorizar outras teses no Congresso, como a do financiamento público de campanhas. O PSB tem ainda os senadores João Capiberibe (AP) e Nezinho Alencar (TO).

Sérgio Guerra



MISSÃO Segundo Sérgio Guerra, Congresso não pode ficar fora das investigações

"Objetivo não é prejudicar a ECT"

Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse que o objetivo da CPI dos Correios não é a privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), e sim apurar denúncia de corrupção de funcionários do órgão. Para ele, a idéia não é prejudicar a empresa.

– É estranho o PTB não se sentir ameaçado pela CPI, como dizem seus líderes, e que o governo não a queira – observou.

O senador entende que "não faz o menor sentido" o Congresso, que deve fiscalizar o Executivo, ficar fora das investigações.

Almeida Lima



PARTICIPAÇÃO "Investigação não deve ser feita só pela polícia", diz Almeida Lima

"Congresso também deve investigar"

Almeida Lima (PSDB-SE) afirmou ontem que as investigações sobre os indícios de corrupção na ECT devem ser feitas também pelo Congresso e não apenas pela Polícia Federal ou por comissão interna da empresa.

O senador ressaltou que essa decisão é importante, pois já é possível sentir entre a população uma certa "sensação de nojo com a classe política do país".

– Com as investigações de uma CPI poderemos dizer, então, que "desta lama eu não participo" – enfatizou o senador.

Tasso Jereissati



ASSALTO Para Jereissati, existe indício de formação de quadrilha nas estatais

"Comissão não é para discutir ideologia"

Em relação às denúncias na ECT, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) esclareceu que a oposição não reivindica CPI para discutir ideologia.

– Existe indício de formação de quadrilha nas estatais do governo. É caso de assalto aos cofres públicos – declarou.

Jereissati solidarizou-se com os senadores Fernando Bezerra (PTB-RN) e Romero Jucá (PMDB-RO), ex-colaboradores do governo Fernando Henrique Cardoso, que, segundo ele, foram vítimas de ataque na sessão plenária de ontem.

Efraim Moraes



APURAÇÃO Efraim afirma que só uma CPI tem condições de descobrir os lados envolvidos

"De quem é a mão que passa o dinheiro?"

Efraim Moraes (PFL-PB) afirmou que, se o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) diz que não está envolvido na corrupção dos Correios, "então, de quem é a mão que aparece no vídeo?" Na fita, exibida na TV, surge apenas a mão de uma pessoa passando dinheiro a Maurício Marinho, ex-chefe de Contratação e Administração de Material da ECT.

O senador frisou que há o servidor público e o corruptor; e só uma CPI do Congresso teria condições de apurar a fundo os dois lados envolvidos.

Demostenes Torres



IMPUNIDADE Demostenes argumenta que governo criou a "Súmula Zé Dirceu"

Senador diz que corrupção fica impune

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) disse que o governo Luiz Inácio Lula da Silva criou a "Súmula Zé Dirceu". O trocadilho se refere ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e à súmula vinculante, instrumento jurídico que obriga tribunais a seguirem as mesmas decisões em casos semelhantes.

O parlamentar afirmou que a "Súmula Zé Dirceu" proíbe que casos de corrupção no governo sejam punidos. Ele enumerou diversos deles, como o caso Waldomiro Diniz/Carlos Cachoeira.



Denúncias de corrupção nos Correios e em Rondônia mobilizam parlamentares. Todos defendem a apuração rigorosa dos fatos. Plenário aprova criação de comissão externa de senadores que ajude a solucionar crise naquele estado

Simon alerta Lula para risco de desmoralização

Em discurso ontem em Plenário, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) alertou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o risco de desmoralização do seu governo, em razão de denúncias envolvendo o ministro Romero Jucá, da Previdência Social, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Para Simon, o que era classificado pelo governo como notícias de jornal, agora são denúncias do Ministério Público e que merecerão julgamento,



Fotos: Roosevelt Pinheiro

PROPOSTA Segundo Pedro Simon, acusados deveriam renunciar a seus cargos

em breve, por parte do Supremo Tribunal Federal. O senador defendeu a renúncia imediata dos acusados.

Para ACM, governo permite a corrupção

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) comparou o momento político vivido atualmente pelo governo, que enfrenta denúncias de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), com a crise que culminou no suicídio do presidente Getúlio Vargas em 1954.

O parlamentar acusou o governo de permitir o crescimento da corrupção. Ele fez referências às denúncias contra Waldomiro Diniz, ex-assessor



PARALELO Antonio Carlos comparou o momento atual com a crise de 1954

da Casa Civil flagrado negociando propina, e à Operação Vampiro, realizada pela Polícia federal no Ministério da Saúde.

Fernando Bezerra: PTB quer apuração dos fatos

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) anunciou que o presidente de seu partido, deputado Roberto Jefferson, distribuiu a parlamentares e a jornalistas DVD que contém a gravação que serviu de base para as denúncias publicadas pela revista *Veja*, sobre supostas práticas de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Fernando Bezerra disse que seu partido “não compartilha das roubalheiras” e que, se a Polícia Federal



RIGOR Para Fernando Bezerra, PTB pode propor CPI para investigação nos Correios

não conseguir encerrar as investigações a “curto prazo”, o PTB pedirá a instalação de uma CPI para apurar os fatos.



CÁLCULO Jefferson: 10% dos recursos desviados dariam para fazer reforma agrária

Jefferson acusa Lula de passividade

Jefferson Péres (PDT-AM) acusou o presidente Lula de passividade administrativa e política diante das denúncias de corrupção envolvendo membros do seu governo.

– Se o Brasil usasse apenas 10% dos recursos drenados da administração por processos fraudulentos para investimentos em projetos de reforma agrária, não haveria mais nenhum sem-terra lutando pelo direito ao trabalho.



INTERESSES Heráclito cobra investigação sobre denúncias de funcionário

Heráclito quer apuração do caso Previ

Heráclito Fortes (PFL-PI) defendeu a criação de uma CPI para investigar as denúncias feitas contra a Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, por Valmir Camilo, presidente da associação nacional dos funcionários do banco. Camilo, que também é conselheiro da Previ, acusa os demais dirigentes de estarem gerindo a Previ de acordo com interesses do governo e do PT.

Senado busca solução para crise em Rondônia

Após a invasão e o quebra-quebra promovidos na Assembléia Legislativa e no Palácio do Governo por manifestantes em Rondônia, o Senado aprovou requerimento da senadora Fátima Cleide (PT-RO) para a criação de uma comissão externa de cinco senadores que ajude a solucionar a crise institucional no estado. A revolta foi motivada por denúncias de extorsão envolvendo deputados estaduais e o governador Ivo Cassol, divulgadas pela TV Globo.

De acordo com a senadora, a Assembléia

Legislativa de Rondônia não tem condições éticas e morais para conduzir a retomada da normalidade institucional no estado. Pelo menos dez deputados estariam envolvidos com a cobrança de propina mensal de R\$ 50 mil para garantir governabilidade. Fátima Cleide sugere a realização de eleições para governador e deputado estadual.

A senadora negou que quatro deputados estaduais do PT tenham assinado o pedido para impedir a veiculação da reportagem no estado. Conforme sustentou, os

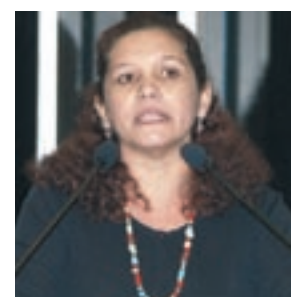
petistas teriam ingressado, na verdade, com medida cautelar para resguardar a exibição.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) apoiou a criação da comissão e manifestou interesse em participar dela. Virgílio também disse que, se Cassol tiver culpa, será expulso do PSDB.

Romeu Tuma (PFL-SP) sugere intervenção federal no estado, mas Demostenes Torres (PFL-GO) considera a medida inconstitucional. O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) defende novas eleições em Rondônia.

Fátima Cleide critica censura à Globo

Fátima Cleide expressou “revolta e indignação” pela decisão do desembargador Gabriel Marques, do Tribunal de Justiça de Rondônia, de impedir a transmissão no estado de reportagem sobre denúncias de extorsão envolvendo deputados estaduais e o governador Ivo Cassol. Ao comentar o teor da matéria, a parlamentar observou que o conflito entre poderes está instalado há muito em Rondônia.



ILEGALIDADE Fátima Cleide denuncia acordos entre Executivo e Judiciário em RO

– Um poder ameaça o outro, por conta de graves irregularidades que pratica, na esperança de

fazer acordo de natureza espúria – revelou.

A senadora estranhou o fato de o governador, alvo dos ataques, esconder as gravações por quase dois anos.

Na opinião de Fátima Cleide, o episódio abre a oportunidade de engajamento da sociedade em uma campanha pela prevalência do Estado de direito em Rondônia, “região onde parte das instituições estão em frangalhos”.

Raupp nega acusação de deputado

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que vai interpellar judicialmente o deputado estadual de Rondônia, Emílio Paulista (sem partido), que o acusou de ter pago propina a deputados estaduais em troca de apoio, quando ocupou o cargo de governador do estado, para que prove suas acusações em foro competente. A denúncia foi divulgada pela Rede Globo, no último domingo.

O senador solicitouaju-



"GUERRA" Segundo Valdir Raupp, Rondônia enfrenta "crise institucional brutal"

da federal para conter o que considerou uma “crise institucional brutal” em seu estado, desenca-

deada, observou, depois que o *Fantástico* divulgou gravações feitas pelo governador do estado, Ivo Cassol. Nas gravações, deputados estaduais aparecem pedindo propina ao chefe do Executivo estadual.

– A guerra está instalada. Chegou-me a notícia de que 2 mil pessoas invadiram a Assembléia Legislativa. Peço ao Senado que ajude Rondônia a conter a crise – apelou Raupp.



DELIBERAÇÃO Projeto aprovado pela CE será submetido, na próxima semana, a turno suplementar de votação

Cota em universidade para os alunos da rede pública

■ Paim argumenta que proposta de sua iniciativa deve levar à melhoria do ensino médio no país

Projeto de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) que assegura a estudantes da rede pública uma cota mínima de vagas nas universidades mantidas pelo poder público foi aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE). A matéria, que recebeu substitutivo do relator, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), tramita em caráter terminativo e será submetida, na próxima reunião, a turno suplementar.

Em sua justificativa, Paim

argumenta que o provável ingresso de alunos de classe média e alta nas escolas públicas – uma das conseqüências da aprovação do projeto – levaria à melhoria do ensino médio público no país.

A proposta (PLS 453/03) original de Paulo Paim previa a criação de cotas proporcionalmente ao número de alunos matriculados nas escolas públicas de nível médio. Mas o substitutivo de Cabral fixou o percentual das cotas em 50%.

Penitenciárias

A comissão aprovou também, com parecer favorável de Romeu Tuma (PFL-SP), o PLC 95/02, de iniciativa do deputado Paulo Rocha (PT-PA), que institui o ensino médio nas penitenciárias.

Foi acolhido ainda o PLS 141/05, que dá ao aeroporto de Londrina (PR) o nome do ex-governador José Richa. O projeto é de Osmar Dias (PDT-PR).

O colegiado aprovou também o PLS 360/04, de João Ribeiro (PFL-TO), que institui o Dia Nacional do Fonoaudiólogo, a ser comemorado em 9 de dezembro.

Dois requerimentos receberam aprovação: um de Reginaldo Duarte (PSDB-CE), solicitando informações ao ministro das Comunicações, e outro dos senadores do Rio Grande do Sul – Paulo Paim, Pedro Simon (PMDB) e Sérgio Zambiasi (PTB) –, convocando audiência sobre a federalização de universidades comunitárias situadas em regiões pobres.

Projeto define categorias do setor educacional

A Comissão de Educação realiza audiência pública amanhã, às 10h, para debater o projeto de lei que define as categorias de trabalhadores que deverão ser incluídos no grupo dos profissionais da educação. A audiência foi requerida pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que é a relatora da proposta, de autoria da senadora Fátima Cleide (PT-RO).

Foram convidados para participar da audiência pública, entre outros, o secretário de Educação do Piauí e representante do Conselho Nacional dos Secretários de Educação, Antônio José Castelo Branco Medeiros; o secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto Franklin de Leão; e o diretor do Ministério da Educação Horácio dos Reis Filho.

Senado instala subcomissão para portador de deficiência

Foi instalada ontem, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais para Portadores de Deficiência. O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), eleito presidente no novo colegiado, anunciou que a subcomissão vai estudar projetos que dizem respeito à pessoa portadora de

deficiência e fiscalizar o cumprimento da legislação.

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) afirmou que "a realidade do país ainda é muito dura para o portador de deficiência". Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que o tema da acessibilidade deve ser tratado com veemência, para que todos possam gozar de qualidade de vida.



META Azeredo (D, ao lado de Flávio Arns), diz que órgão vai estudar projetos em favor dos portadores de deficiência e fiscalizar cumprimento da legislação

Contribuinte poderá resgatar valores do antigo Fundo 157

Contribuintes que ainda têm cotas do antigo Fundo 157 – instrumento de incentivo ao desenvolvimento do mercado de ações criado pelo governo em 1967 – poderão ser chamados a resgatar os respectivos valores, de acordo com projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Caso os cotistas deixem de resgatar os valores, conforme prevê o projeto (PLS 199/03), de autoria do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), os recursos serão transferidos para um fundo residual, a ser administrado pela Caixa Econômica Federal, que, posteriormente, os repassaria ao Tesouro Nacio-



DESTINO Segundo proposta de Saturnino, recursos não reclamados irão posteriormente para o Tesouro

nal. A proposta seguirá logo ao exame da Câmara dos Deputados, caso não seja apresentado requerimento por pelo menos nove senadores para seu exame pelo Plenário do Senado.

Marta diz que não feriu Lei de Responsabilidade Fiscal

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Luiz Otávio (PMDB-PA), leu carta da ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy, na qual contesta a acusação de que, durante sua gestão, teria sido ferida a Lei de Responsabilidade Fiscal com o aditamento à operação de crédito relativa ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz).

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou, durante a reunião, que a informação de que a Lei de Responsabilidade Fiscal não havia sido cumprida, nesse caso, foi enviada pelo

ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

As operações do Reluz realizadas a partir de 5 de novembro de 2003 não foram submetidas à prévia autorização do Ministério da Fazenda. Dessa forma, a prefeitura deixou de cumprir a Resolução do Senado 43/01 – posteriormente modificada pela Resolução 19/03 – e o artigo 32 da Lei Complementar 101/00, informou Tuma.

Na carta, a ex-prefeita afirma que "sempre houve, no decorrer do processo de adesão do Município de São Paulo ao Reluz, diligência e acatamento ao Senado".



Sarney discute com ex-senadora francesa evento sobre o Brasil

O senador José Sarney (PMDB-AP) recebeu ontem, em seu gabinete, a ex-senadora do Parlamento francês Danielle Bidard-Reydet, com quem discutiu a participação brasileira no Salon du Livre de la Jeunesse de Motreuil, que acontecerá em novembro e terá o Brasil como país homenageado. A ex-parlamentar é

a presidente do evento.

Danielle Bidard-Reydet, que também é vice-presidente do Grupo de Amizade França-Brasil, já ocupou a vice-presidência da Comissão de Assuntos Exteriores, da Defesa e das Forças Armadas do Senado francês, à época de seu mandato, encerrado no ano passado.